


O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1



O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

*Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1*

UnB.FUTURO

O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A SOCIEDADE

Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Cristovam Buarque
Mozart Neves Ramos
Lauro Morhy
Paulo Speller
Adib Jatene
Naomar de Almeida Filho
Edward Madureira Brasil
Pascal Smet
Alvaro Toubes Prata

Jaime Martins de Santana, Isaac Roitman e Fernando Oliveira Paulino
(Organizadores)
Prefácio de Ivan Camargo

Comissão UnB.Futuro

Integrantes: Adalgisa do Rosário, Aldo Paviani, Daniele Perdomo, Ellen Fensterseifer Woortmann, Fernanda Sobral, Fernando Oliveira Paulino, Fernando Molina, Geralda Dias Aparecida, Isaac Roitman, Jaime Santana, José Carlos Coutinho, Luis Humberto Miranda Martins Pereira, Marcos Formiga, Neuza Meller e Vladimir Carvalho.

Capa Cris Nascimento
Diagramação Cris Nascimento
Apoio Universidade de Brasília



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UnB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Faculdade de Comunicação, Brasília - DF,
CEP: 70910-900, BRASIL

Telefone: +55 61 3107-6627

E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças
(UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla
(Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e
Madalena Oliveira (Portugal).

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica

CDU: 378

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade. Sessões da Comissão UnB.Futuro /
Organização: Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino – 1. ed.
– Brasília: FAC-UnB, 2016.

148p.; 23cm

ISBN 978-85-93078-08-8

1. Educação superior. 2. Universidade de Brasília. I. Título. II. Tema.

CDD: 353.8

CDU: 378

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UnB. Permitida a reprodução total ou
parcial, por qualquer meio desde que citada a fonte.

Sumário

Prefácio	11
<i>UnB.Futuro: espaço para reflexão e formação</i> Ivan Camargo	
Introdução	13
<i>A Comissão UnB.Futuro: diálogo entre universidade e sociedade</i> Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino	
Capítulo 1	19
<i>O que é necessário fazer para que a universidade seja vanguarda no pensamento contemporâneo?</i> Cristovam Buarque	
Capítulo 2	29
<i>O Brasil que queremos e a universidade que precisamos</i> Mozart Neves Ramos	
Capítulo 3	39
<i>Autonomia universitária</i> Lauro Morhy Paulo Speller	

Capítulo 4	61
<i>A universidade e o futuro da Medicina</i>	
Adib Jatene	
Capítulo 5	75
<i>Anísio Teixeira e a nova Universidade Nova</i>	
Naomar de Almeida Filho	
Capítulo 6	111
<i>As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes</i>	
Edward Madureira Brasil	
Capítulo 7	23
<i>Internacionalização da universidade</i>	
Pascal Smet	
Capítulo 8	135
<i>A Inovação na universidade do século XXI</i>	
Alvaro Toubes Prata	



O Brasil que queremos e a universidade que precisamos⁷

Mozart Neves Ramos⁸

Penso que esta nossa conversa precisa ser iniciada procurando responder ao seguinte: qual é o Brasil que queremos e a universidade de que precisamos? Que legado queremos deixar para as futuras gerações? O que é preciso fazer para que a universidade amplie seu diálogo com a sociedade e seja de “empurrar a fronteira” do conhecimento?

O Brasil é rico em termos dos bens produzidos, conforme revela seu Produto Interno Bruto (PIB), mas ainda pobre quando se trata de desenvolvimento social. O país se encontra na sétima posição no *ranking* mundial do PIB, mas, por outro lado, está na 84^a posição no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Há, portanto, um grande hiato entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. O primeiro e grande desafio brasileiro é alinhar esses dois aspectos do desenvolvimento, e só a Educação

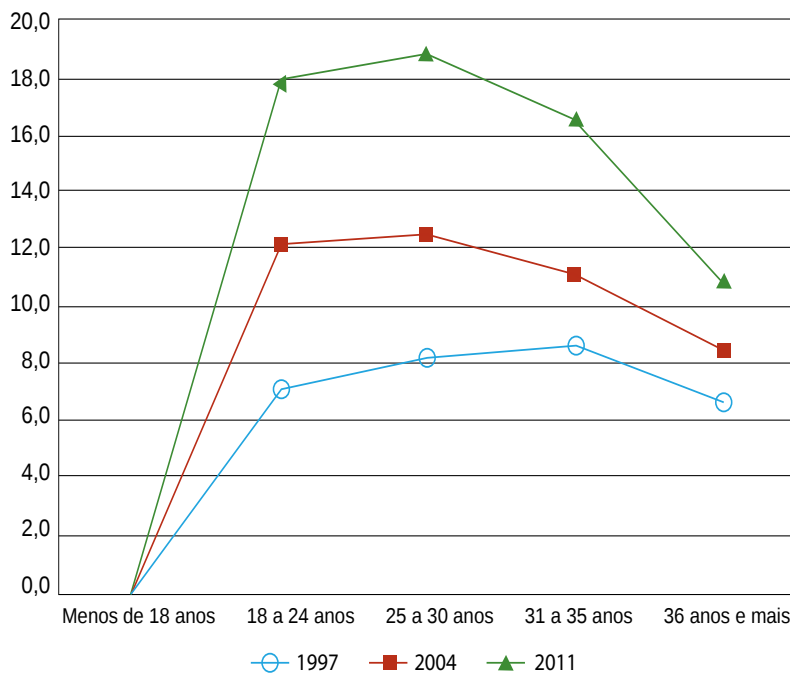
⁷ Sessão realizada em 03/10/2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

⁸ Diretor do Instituto Ayrton Senna e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (1995-2003).

pode fazer isso. O impacto da Educação na distribuição de renda, por exemplo, é bem conhecido. No Brasil, um ano de escolaridade, em média, impacta a renda de uma pessoa em 15%. Por outro lado, se ela tem apenas o Ensino Fundamental e estende a escolaridade por mais um ano, esse impacto é de apenas 6%. Entretanto, se ela tem Ensino Superior completo e faz uma pós-graduação, um MBA, por exemplo, o impacto já é de 47%.

O Brasil tem melhorado bastante em termos de anos de estudo, considerando a proporção de pessoas que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Proporção de pessoas que frequentam ou já concluíram a Educação Superior por faixa etária – Brasil 1997-2011.



Fonte: IBGE / Pnad

Mas ainda temos um contingente importante de jovens de 18 a 24 anos fora do Ensino Superior, pois apenas 16,7%, nessa faixa etária, frequentam esse nível de ensino. Não é à toa que o novo Plano Nacional de Educação (PNE), recentemente sancionado pela presidente Dilma Rousseff, prevê, para os próximos dez anos, duplicar esse percentual, o que não será uma tarefa simples. Esta era também, na sua essência, a meta para o Ensino Superior no PNE anterior, que se concluiu em 2010. Ou seja, chegar a 33% o percentual de jovens de 18 a 24 anos na universidade, e chegamos apenas aos 16,7%. Isso vai depender fortemente da melhora da qualidade de nossa Educação Básica. Parcela importante dos jovens que hoje cursam o Ensino Superior não tem, de fato, um nível de conhecimento adequado para realizar um curso superior. Essa é a realidade!

Um ponto importante, nessa questão da expansão do Ensino Superior, é o modo como se deu esse processo. Não obstante o grande esforço feito pelas instituições públicas de Ensino Superior nos últimos anos para ampliar a oferta, o crescimento se deu principalmente pelo setor particular, e com um grande incremento da modalidade do Ensino a Distância (EAD), que tem se expandido em média 15% ao ano. Essa última modalidade, longe de ser uma unanimidade entre os educadores de nosso país como oferta de ensino, é uma questão ainda em aberto, o que ficou muito claro na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010. O tema foi debatido num clima de muita tensão. O certo, porém, na minha opinião, é que o país não poderá “remar contra a maré”, especialmente se levarmos em conta o seu tamanho continental, o grande déficit de professores na Educação Básica e o fato de que os jovens cada vez mais vão precisar de maior flexibilidade de tempo para realizar os estudos; e isso a EAD pode oferecer.

Em outras palavras, o país precisará explicar como vai colocar mais 6 milhões de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior nos próximos dez anos. Particularmente, considero a Meta 12 do novo PNE a mais difícil de ser cumprida, pois depende não somente de novos recursos, mas também da melhora significativa da Educação Básica e de como se dará essa expansão com qualidade. Desses fa-

tores, a qualidade da Educação Básica é o maior desafio. E por quê?

A Tabela 1 mostra claramente o baixo índice de aprendizagem de nossas crianças e jovens. O resultado mostrado nessa tabela se refere ao percentual de alunos com aprendizado adequado ao final de cada etapa da Educação Básica, em Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 1 – Porcentagem de alunos que aprenderam o que seria esperado ao final de cada etapa da Educação Básica – 2011.

Etapa da Educação Básica	Língua Portuguesa	Matemática
5º ano do Ensino Fundamental	40%	36%
9º ano do Ensino Fundamental	27%	17%
3º ano do Ensino Médio	29%	10%

Por essa tabela, podemos ter uma ideia do tamanho do desafio brasileiro. O mais crítico dos percentuais é o de Matemática ao final do Ensino Médio; de cada 100 alunos que concluem essa última etapa da Educação Básica, apenas 10 aprenderam o que seria esperado – isso incluindo alunos das redes públicas e particulares de ensino. Essa é a fotografia, mas o filme também é ruim: basta olhar a Tabela 2, que mostra o quadro da aprendizagem de Matemática de 1999 para 2011.

Tabela 2 – Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática – 1999-2011.

Etapa da Educação Básica	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011
5º ano do Ensino Fundamental	14%	15%	15%	19%	24%	33%	36%
9º ano do Ensino Fundamental	13%	13%	15%	13%	14%	15%	17%
3º ano do Ensino Fundamental	12%	12%	13%	11%	10%	11%	10%

É gratificante observar a expressiva melhora nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente de 2003 para cá; por outro lado, o país está literalmente estagnado nas duas outras etapas, e num patamar muito baixo. Como expandir as matrículas no Ensino Superior, em particular nas áreas de exatas e de tecnologia, em que o Brasil mais precisa de profissionais, com um índice tão baixo de aprendizagem? Essa é a questão. A chamada Escola do Jovem é, sem dúvida, o maior desafio brasileiro para os próximos anos. Falta professores com boa formação acadêmica e aptos a “enfrentar” uma sala de aula numa escola pública. E falta também um currículo que dialogue com o mundo juvenil. Isso tem tudo a ver com a universidade! Mas não basta dizer que é importante: na minha opinião, a universidade não toma conhecimento como deveria dessas questões. Um retrato dessa ausência de prioridade: nunca vi, ao longo de todos esses anos, a universidade discutir os resultados da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que medem a qualidade da aprendizagem escolar na Educação Básica. Parece que isso não é com ela! Um dos caminhos, caso a universidade queira de fato colocar na sua agenda de prioridade

a Educação Básica, é introduzir na avaliação da Pós-graduação um indicador que possa aferir o real nível de seu envolvimento com esse setor da Educação. Por exemplo, quantos alunos têm formado nas suas licenciaturas. Para que a universidade mude a sua forma de trabalhar com a Educação Básica, é preciso ter consequências do ponto de vista do resultado da avaliação e dos recursos a serem repassados, caso contrário, essa questão continuará a ser apenas importante, mas não prioritária.

Ainda na Tabela 2, a estagnação em Educação representa infelizmente um retrocesso, pois se a distância educacional já era grande em relação aos países que estão no topo da Educação mundial, ela tenderá a aumentar, já que eles não estão parados – ao contrário, ao longo dos anos, países como Finlândia, Polônia, Coreia do Sul, Cingapura e Canadá – apenas para citar alguns – têm feito esforços importantes nesse sentido. Isso se reflete nos resultados da avaliação do Pisa, que mede o nível de aprendizagem de alunos com 15 anos de idade em Leitura, Matemática e Ciências, em que o Brasil ocupa as últimas posições. Um fator comum a esses países que vêm promovendo a elevação da aprendizagem é o grau de atratividade dos jovens pela carreira do magistério.

Ao contrário do que acontece no Brasil, nesses países há um grande interesse dos jovens em ser professor; isto é “objeto de desejo” da juventude. Por isso, em nosso país é muito comum, infelizmente, nos depararmos com um fato que vi *in loco* quando secretário de Educação de Pernambuco: professor formado em geografia dando aula de química, ou de história dando aula de física. Assim, não fica difícil compreender por que estamos num patamar tão baixo em termos de aprendizagem no Ensino Médio. O desafio está na formação inicial e continuada de nossos professores – além da questão salarial e da carreira, em termos de um plano que contemple desempenho e formação ao longo da vida. A formação inicial deixa muito a desejar, não dialoga com o “chão da escola” – muita teoria e pouca prática. É preciso mudar radicalmente os nossos currículos de formação de professores para reverter o atual quadro de baixa atratividade pela carreira do magistério em nosso país. Isso vai exi-

gir, na prática, um grande pacto federal envolvendo as três esferas de governo e as universidades. Precisamos de uma liderança que conduza esse processo. Outro ponto para o qual as universidades precisam acordar de vez é a questão da internacionalização, que ainda se manifesta de maneira muito tímida e localizada em algumas universidades, diferentemente do que já se observa há várias décadas nas universidades europeias e americanas. Na Europa, por exemplo, com o advento da Convenção de Bolonha, em consequência da criação da Comunidade Europeia, a mobilidade de estudantes cresceu exponencialmente, promovendo a dupla titulação, o reconhecimento de estudos em mais de uma universidade e a adoção de um sistema único de avaliação de qualidade pelo Conselho de Reitores da Europa.

No Brasil, a internacionalização ganhou força e escala com o programa Ciência sem Fronteira, implantado no atual governo, cuja meta consiste em beneficiar estudos no exterior para 100 mil alunos brasileiros. Observa-se atualmente no Brasil a chegada de escritórios de representação de renomadas universidades estrangeiras, que veem em nosso país não apenas um nicho importante de demanda por Ensino Superior, mas também de oportunidades para novos negócios. As nossas universidades – poucas, é bem verdade, como a Universidade de São Paulo (USP) – também já começam a abrir escritórios para atuar em outros países. Entretanto, nossas universidades precisariam não só adotar um segundo idioma, preferencialmente o inglês, no currículo obrigatório, como oferecer para os alunos estrangeiros disciplinas em inglês, espanhol e, em um breve futuro, em mandarim. Além disso, a nossa legislação acadêmica é muito retrógrada, e dialoga pouco com as necessidades de uma internacionalização institucional. Um claro exemplo disso é o tempo requerido para o reconhecimento de diplomas de Ensino Superior de cursos realizados fora do país, que supera as expectativas dos mais pacientes. Outro tema que precisa ser mais bem resolvido no futuro é, no meu entendimento, a relação entre as universidades e as empresas. Diferentemente do que acontece em universidades estrangeiras, cujo orçamento é alavancado substancialmente pe-

los recursos de convênios e contratos com empresas, no Brasil isso ainda não ocorre, seja por questões ideológicas, seja por questões legais, na óptica dos órgãos de controle. Quem perde com isso é o país, que vem caindo gradualmente no *ranking* da competitividade mundial. Isso leva muitas vezes o professor pesquisador a ter uma abordagem pontual e pessoal, que não necessariamente resulta em um benefício institucional e sistêmico. Por fim, temos a questão da autonomia das universidades federais e da inserção do sistema privado de ensino na bolsa de valores. Na minha opinião, ou as universidades colocam em prática o artigo 207 da Constituição Federal ou vão perder espaços importantes no cenário do desenvolvimento nacional. Os recursos vêm crescendo em larga escala nos últimos anos, mas a capacidade de executá-los é muito baixa, por causa de uma gestão engessada e pouco criativa.

Por outro lado, entendo também que a autonomia é uma conquista e não um direito. Com isso quero dizer que é preciso preparar a instituição, de forma responsável, para a autonomia. Isso requer um quadro docente altamente qualificado, uma pesquisa forte em termos de produção científica e uma gestão profissional apoiada num robusto sistema de avaliação, incluindo eventuais avaliações internacionais. Porém, no meu ponto de vista, o grande desafio consiste no modo de enfrentar a questão sindical dentro de um conjunto nacionalmente articulado. A autonomia quebrará esse sistema, e quem vai ter coragem para isso? Por exemplo, uma greve hoje numa Universidade Estadual do Rio de Janeiro não se atrela a uma eventual greve numa Universidade Estadual de Pernambuco – as agendas políticas são diferentes, ao contrário do que hoje ocorre com o sistema federal de universidades.

Com relação à participação crescente do sistema de Ensino Superior privado na bolsa de valores, isso representará um caminho sem volta, em que grandes e poucos aglomerados tomarão conta das matrículas no Ensino Superior. No futuro, se isso continuar, teremos o Ensino Superior nas mãos de poucos grupos de ensino, com forte participação de investimento internacional. Além disso, o próprio governo vem financiando de forma expressiva as matrículas

culas nesse setor através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) ou do Programa Universidade para Todos (Prouni), que garantem uma rentabilidade segura ao final de cada ano. Entendo que sozinhas as universidades públicas não dariam conta da expansão necessária, mas é preciso assegurar a qualidade do Ensino Superior oferecido, tanto na graduação como na pós-graduação.

Os desafios são muitos, e por isso quero parabenizar mais uma vez a Universidade de Brasília por essa importante iniciativa: pensar o futuro da universidade, o que permite planejá-la adequadamente para os desafios que estão por vir.

